

1ª ETAPA - PROVA OBJETIVA
EXAME DE ORDEM - DEZEMBRO / 2004

ESTATUTO DA OAB/CÓDIGO DE ÉTICA

01. exercício dos seguintes cargos implica na incompatibilidade para o exercício da advocacia, segundo o Estatuto da OAB, EXCETO:

- (A) Vice-Prefeito.
- (B) Presidente do Banco Central
- (C) Militar na ativa
- (D) Servidor do Ministério Público que não seja Procurador ou Promotor de Justiça.

02. São impedidos para o exercício da advocacia segundo o Estatuto da OAB, EXCETO:

- (A) Deputado Federal que não participa da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, quando advoga contra Estado Membro da Federação.
- (B) Procurador do Município, que não é docente de curso jurídico, contra o referido Membro da Federação.
- (C) Procurador do Estado-Membro da Federação, que não é professor de curso de Direito, contra autarquia vinculada ao respectivo Membro da Federação.
- (D) Oficial de Cartório.

03. Sobre o Processo Disciplinar é correto afirmar que

- (A) somente pode ser instaurado mediante Representação escrita do Interessado.
- (B) depois de instruído, este será julgado pela Comissão de Ética.
- (C) as penas aplicadas pelos Tribunais de Ética Seccionais, unânimes ou não, são irrecuráveis.
- (D) a jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

04. Sobre as punições aplicáveis ao advogado é CORRETO afirmar que

- (A) a pena de exclusão pode ser aplicada ao advogado que já tenha sido punido por duas vezes com pena de suspensão.
- (B) as sanções devem constar dos assentamentos do inscrito, após o trânsito em julgado da decisão, não podendo ser objeto da publicidade a de censura.
- (C) não é considerada como atenuante, para efeito da aplicação da pena em processo disciplinar, a falta cometida na defesa de prerrogativa profissional.
- (D) a pena de multa jamais pode ser aplicada cumulativamente com a de censura ou suspensão.

05. São sanções disciplinares aplicáveis ao advogado, EXCETO:

- (A) Censura.

- (B) Advertência.
- (C) Suspensão.
- (D) Multa.

06. Com respeito ao exercício da advocacia, é INCORRETO afirmar:

- (A) O Advogado pode exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional.
- (B) Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público.
- (C) O advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites da lei.
- (D) O advogado deve assumir a defesa dos necessitados, por determinação do magistrado que o nomear.

07. O Código de Ética e Disciplina da OAB é

- (A) uma lei federal.
- (B) uma lei estadual.
- (C) um regulamento do Conselho Federal da OAB.
- (D) um regulamento do Conselho Seccional da OAB.

08. A inscrição do advogado é cancelada no caso de:

- (A) suspensão do exercício da advocacia.
- (B) mudança de domicílio municipal.
- (C) inscrição suplementar em outra seccional.
- (D) perda de algum dos requisitos necessários para a inscrição na OAB.

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Assinale a afirmativa CORRETA.

- (A) A Constituição da República Federativa do Brasil enumera algumas hipóteses de intervenção federal, entretanto, a norma infraconstitucional pode estabelecer outras situações, desde que respeite a autonomia do ente federativo.
- (B) A intervenção federal, apesar de ser ato excepcional que restringe a autonomia estadual, pode ser decidida, em todas as hipóteses, apenas pelo Presidente da República.
- (C) Embora seja medida excepcional e restritiva da autonomia da entidade estatal que a sofre, a intervenção federal pode ser decretada por prazo indeterminado.
- (D) Segundo o Texto Constitucional, pode haver intervenção sem interventor.

10. Assinale a afirmativa CORRETA.

- (A) As constituições que se originam de um órgão composto de representantes do povo, eleitos para o fim de as elaborar e estabelecer, são denominadas de históricas.
- (B) Constituição rígida é aquela cuja reforma só é possível por novo poder constituinte originário.
- (C) As constituições outorgadas são aquelas que nascem de uma assembléia nacional constituinte, eleita com o fito de elaborar um novo texto constitucional.

(D) As constituições escritas são aquelas cujas normas se acham em um ou vários documentos textuais.

11. Pelo Texto Constitucional federal, são instituições que cumprem funções essenciais à administração da justiça, EXCETO:

- (A) Ministério Público.
- (B) Defensoria Pública.
- (C) Advocacia Pública.
- (D) Tribunal de Contas da União.

12. Assinale um dos requisitos essenciais para propositura do mandado de injunção:

- (A) Ser eleitor.
- (B) Inviabilização de exercício do “munus público”.
- (C) Retificação de dados sobre a pessoa do impetrante.
- (D) Ausência de norma regulamentadora de previsão constitucional.

13. Marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Advogado-Geral da União defende a constitucionalidade de lei impugnada perante o Supremo Tribunal Federal em todas as ações diretas de inconstitucionalidade.
- (B) O Senado Federal é competente para suspender a execução de lei declarada inconstitucional em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal somente em caso de recurso extraordinário.
- (C) Procurador-Geral da República pode ser autor de todos os tipos de ação direta, em sede de controle abstrato, perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) Não cabe liminar na ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

14. Considerando-se o Poder Constituinte Derivado tal como inserido na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar-se que:

- (A) A Constituição Federal pode ser modificada por iniciativa do Presidente da República, que poderá também vetar emenda se considerar seu projeto, no todo ou em parte, contrário ao interesse público.
- (B) A proposta de emenda à Constituição deve ser discutida separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, em dois turnos, sendo aprovada por três quintos dos votos dos parlamentares.
- (C) A Constituição Federal poderá, ainda que por tempo limitado, ficar totalmente imodificável.
- (D) A forma federativa de Estado e a separação dos Poderes, dentre outros, são considerados

como limites materiais ao Poder Constituinte Derivado.

DIREITO EMPRESARIAL

15. Sobre o endosso, é CORRETO afirmar que:

- (A) Se o endosso for em branco, o portador pode transformá-lo em endosso em preto.
- (B) Pelo endosso-mandato, o portador pode exercer todos os direitos emergentes da letra, inclusive ceder integralmente o crédito.
- (C) O endosso parcial é válido, desde que ciente o endossatário.
- (D) O endossante, regra geral, não garante o pagamento da letra de câmbio.

16. ANULADA

17. Com relação à duplicata, é CORRETO afirmar:

- (A) Se protestada por falta de aceite e desacompanhada de comprovante de entrega das mercadorias, prescreve em 3 (três) anos a ação executiva contra o emitente.
- (B) Prescreve a ação executiva contra o sacado e respectivos avalistas em 3 (três) anos, a contar da data da emissão do título.
- (C) Prescreve a ação executiva contra o sacado e respectivos avalistas em 3 (três) anos, a contar da data do vencimento do título.
- (D) Se protestada por falta de aceite, porém acompanhada de comprovante de entrega das mercadorias, prescreve em 1 (um) ano a ação executiva contra o sacado.

18. A duplicata não aceita, acompanhada de comprovante de entrega assinado por preposto da sociedade empresária que recebe as mercadorias no estabelecimento, é título executivo extrajudicial.

- (A) Correto, desde que esse título também seja protestado para suprir o aceite.
- (B) Errado, pois o contrato social deve autorizar o preposto a receber mercadorias e assinar documentos em nome da sociedade.
- (C) Correto, pois o aceite estará suprido desde que o credor apresente o comprovante de entrega de mercadorias assinado pelo preposto.
- (D) Errado, pois o preposto não pode representar a sociedade e, portanto, estará se obrigando pessoalmente quando recebe as mercadorias e assina o seu recebimento.

19. Não pode impetrar concordata preventiva o devedor que:

- (A) Deixa de requerê-la no prazo de cinco dias seguintes ao do vencimento do prazo para entrega, em cartório, do relatório do síndico.

- (B) Deixa de comprovar o exercício regular do comércio há mais de 2 (dois) anos.
- (C) Oferece para pagamento mínimo 35% (trinta e cinco por cento) dos créditos sujeitos à concordata, se for à vista.
- (D) Condenado por crime falimentar, ainda está cumprindo a pena.

20. São Características das Sociedades Anônimas, EXCETO:

- (A) A responsabilidade do acionista é limitada ao preço de emissão de suas ações, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (B) A sua administração pode ser dividida entre a diretoria e o Conselho de Administração, sendo este último órgão facultativo nas companhias fechadas.
- (C) O seu conselho fiscal pode funcionar em caráter permanente ou não.
- (D) O seu capital pode ser dividido em ações com ou sem valor nominal.

21. Com relação às sociedades, assinale a alternativa VERDADEIRA:

- (A) A sociedade simples é identificada por sua razão social, que será constituída pelo nome de um de seus sócios administradores.
- (B) A cooperativa se equipara à sociedade empresária, para fins de aplicação subsidiária da legislação.
- (C) A sociedade em comandita simples será regida supletivamente pela Lei 6404 - Lei de Sociedades Anônimas.
- (D) A sociedade limitada poderá, dentro de prazo limitado, funcionar com apenas um sócio.

22. Com relação às Sociedades Limitadas, assinale a alternativa VERDADEIRA.

- (A) As deliberações dos sócios devem ser tomadas em assembléia, se a sociedade tiver mais de 10 (dez) sócios.
- (B) No silêncio do contrato social, regem-se supletivamente pelas normas das sociedades anônimas.
- (C) Terão, obrigatoriamente, conselho fiscal.
- (D) Seus administradores devem ser sócios.

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

23. Quanto à hierarquia das normas jurídicas no Direito do Trabalho brasileiro, somente é CORRETO o que se afirma em:

(A) É rígida e inflexível, encontrando-se no vértice da pirâmide normativa a Constituição Federal.

(B) É rígida e inflexível, encontrando-se no vértice da pirâmide normativa a norma mais favorável ao empregado.

(C) É flexível, encontrando-se no vértice da pirâmide normativa a norma mais favorável ao empregado, ressalvada a observância das normas proibitivas estatais.

(D) É flexível, encontrando-se no vértice da pirâmide normativa a norma mais favorável ao empregador, ressalvada a observância das normas proibitivas estatais

24. Assinale a alternativa CORRETA. Segundo a Legislação atualmente em vigor, a sentença normativa vigorará:

(A) A partir da data de sua publicação, quando ajuizado o dissídio dentro do prazo de 60 dias antes do término da convenção, acordo coletivo ou sentença normativa que estava em vigor.

(B) A partir da data de sua publicação, quando ajuizado o dissídio dentro do prazo de 30 dias antes do término da convenção, acordo coletivo ou sentença normativa que estava em vigor.

(C) A partir do dia imediato ao termo final de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa, quando ajuizado o dissídio dentro do prazo de 60 dias antes do término da convenção, acordo coletivo ou sentença normativa que estava em vigor.

(D) A partir do dia imediato ao termo final de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa, quando ajuizado o dissídio dentro do prazo de 30 dias após o término da convenção, acordo coletivo ou sentença normativa que estava em vigor.

25. Em relação ao empregado menor, considerado aquele que tem idade entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, segundo a Lei em vigor, é INCORRETO afirmar que:

(A) Não é permitido aos menores de dezoito anos o trabalho noturno.

(B) Não é permitido aos menores de 18 anos, sem a assistência dos seus responsáveis legais, firmar recibo pelo pagamento dos salários.

(C) Não é permitido aos menores de dezoito anos o trabalho consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas.

(D) Não é permitido aos menores de 18 anos o trabalho em ambiente insalubre.

26. Sobre os contratos de trabalho, somente é CORRETO o que se afirma em:

(A) O contrato de duração indeterminada é, regra geral, menos favorável ao empregado do que os contratos a termo, em virtude de sua duração incerta e de suas verbas trabalhistas mais reduzidas.

(B) O contrato a termo pode ser prorrogado, validamente, uma vez, até, no máximo, dois anos, sob pena de indeterminação de seu prazo.

(C) O contrato de experiência pode ser prorrogado, validamente, até, no máximo, duas vezes, sob pena de indeterminação de seu prazo.

(D) O contrato a termo tem como instituto específico o aviso prévio, o qual não se aplica, por

coerência, ao contrato de duração indeterminada.

27. Sobre o prazo prescricional no Direito do Trabalho brasileiro, somente é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Extinto o contrato de trabalho a termo, é de dois anos o prazo prescricional para reclamar em Juízo os créditos resultantes da relação de emprego.
- (B) Extinto o contrato de trabalho indeterminado, é de cinco anos o prazo prescricional para reclamar em Juízo o não recolhimento dos depósitos do FGTS.
- (C) Extinto o contrato de trabalho de um empregado com 17 anos de idade, à época, é de cinco anos o prazo prescricional para reclamar em Juízo os créditos resultantes da relação de emprego.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

28. Sobre o instituto das férias, somente é CORRETO que se afirma em:

- (A) É considerado direito de indisponibilidade absoluta o gozo de férias para qualquer empregado.
- (B) É considerado como período de suspensão do contrato de trabalho para qualquer empregado.
- (C) É permitido o abono pecuniário de férias para qualquer empregado, em qualquer regime de trabalho.
- (D) É considerado perda do direito de férias a percepção, pelo empregado, no curso do período aquisitivo, de auxílio-doença ou de auxílio-acidente por 3 (três) meses contínuos.

29. Assinale a alternativa CORRETA. Cabe Agravo de Petição quando o Juiz.

- (A) Instaura, de ofício, a execução.
- (B) Determina a penhora de bens de terceiro.
- (C) Julga os embargos de terceiro.
- (D) Homologa os cálculos de liquidação.

30. Assinale a opção CORRETA. No processo trabalhista:

- (A) É de oito dias o prazo para a interposição de Recurso Ordinário, Agravo de Instrumento, Pedido de Revisão do Valor da Causa e Recurso de Revista.
- (B) É de oito dias o prazo para a interposição de Agravo de Instrumento, Pedido de Revisão do Valor da Causa, Recurso de Revista e Agravo de Petição.
- (C) É de oito dias o prazo para a interposição de Pedido de Revisão do Valor da Causa, Recurso de Revista, Agravo de Petição e Recurso Ordinário.
- (D) É de oito dias o prazo para a interposição de Recurso de Revista, Agravo de Petição, Recurso Ordinário e Agravo de Instrumento.

31. Em relação ao Recurso de Revista, segundo a lei, é incorreto afirmar que:

(A) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado o mesmo ou outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme do TST.

(B) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

(C) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

(D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.

DIREITO ADMINISTRATIVO

32. Quanto à delegação de serviços públicos, é CORRETO afirmar:

(A) Os concessionários e permissionários recebem por meio dela a titularidade do serviço que exercerão por sua conta e risco.

(B) As tarifas da prestação do serviço concedido ou permitido poderão ser diferenciadas para atendimento aos distintos segmentos de usuários.

(C) Os concessionários de serviço público não podem ter o lucro como finalidade.

(D) Os concessionários de serviço público remuneram-se por tarifas, inadmitida a possibilidade de outras fontes de receita.

33. O controle legislativo sobre a Administração Pública NÃO compreende a:

(A) apuração de irregularidades pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.

(B) revogação de atos inoportunos ou inconvenientes ao interesse público.

(C) sustação de atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

(D) aprovação da escolha de autoridades indicadas na Constituição Federal.

34. Na hipótese de dano ao patrimônio de terceiros, aplica-se a regra da responsabilidade objetiva:

(A) à pessoa física dos agentes que manifestam a vontade do Estado.

- (B) às empresas estatais, exploradoras de atividades econômica.
- (C) às empresas privadas, concessionárias de serviços públicos.
- (D) ao agente público que atuou com dolo ou culpa, em ação de regresso proposta pelo Estado.

35. Sobre os elementos da organização da Administração Pública brasileira, é correto afirmar, EXCETO:

- (A) entidades da Administração Indireta, são constituídas por aplicação da técnica de descentralização.
- (B) os órgãos públicos, não possuem personalidade jurídica própria.
- (C) as agências reguladoras, que controlam atividades concedidas ou permitidas e têm sido criadas como autarquias especiais.
- (D) as agências executivas, são órgãos públicos qualificados mediante celebração de contrato de gestão com a Administração Pública a que se acham subordinados.

36. De acordo com as diretrizes da recente Reforma Administrativa no Brasil, enquadram-se no Terceiro Setor:

- (A) as fundações governamentais de direito privado e as organizações sociais.
- (B) as sociedades de economia mista e as fundações privadas.
- (C) as empresas comerciais e as empresas industriais nacionais.
- (D) as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.

37. Sobre o Tombamento é CORRETO afirmar:

- (A) constitui instrumento de transferência da propriedade.
- (B) importa em indenização, como regra geral.
- (C) comunica regime especial de proteção a certos bens integrantes do patrimônio cultural.
- (D) impede a transferência onerosa do bem, salvo hipótese de desapropriação.

38. Quanto ao mandado de segurança é CORRETO afirmar que:

- (A) compete ao STF julgar, originariamente os mandados de segurança contra atos do Presidente da República e de Ministros de Estado, entre outros.
- (B) Compete ao STF julgar em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.
- (C) Compete ao STJ processar e julgar originariamente o mandado de segurança contra ato de

Tribunal Regional Federal.

(D) Compete ao Tribunal Regional Federal julgar apelação contra decisão, em mandado de segurança impetrado pela União, da lavra do Juiz de Direito de Comarca desprovida de Juiz Federal e incluída na jurisdição daquela Corte.

DIREITO INTERNACIONAL

39. Para a homologação, no Brasil, de sentença de divórcio com conexão internacional, proferida na Alemanha, há seis meses, envolvendo um brasileiro e uma alemã, produzindo efeitos patrimoniais no Brasil, e antecedida de separação judicial por um ano, é CORRETO afirmar que:

(A) será necessário o transcurso do lapso temporal de três anos, conforme consta do artigo 7º, § 6º da LICC.

(B) não será obrigatória, já que o parágrafo único do artigo 15 da LICC dispensa de homologação as sentenças meramente declaratórias de estado.

(C) poderá ocorrer imediatamente, já que antecedida de separação judicial por um ano, observando-se o parágrafo 6º, do artigo 226 da CF.

(D) somente poderá ocorrer após o prazo de seis meses, já que é necessário que se transcorra um prazo de um ano desde a decretação do divórcio.

40. Com relação às sentenças e laudos arbitrais estrangeiros é CORRETO afirmar que:

(A) as sentenças meramente declaratórias de estado não necessitam de homologação.

(B) todas as sentenças e laudos arbitrais estrangeiros necessitam de apreciação do Supremo Tribunal Federal.

(C) todas as sentenças, laudos arbitrais e títulos executivos extrajudiciais estrangeiros necessitam de homologação pelo STF.

(D) todas as sentenças e laudos arbitrais estrangeiros necessitam de homologação pelo STF, devendo os laudos arbitrais também ser previamente homologados pelo Poder Judiciário do país no qual foram proferidos.

41. Em um processo no Brasil, sobre um contrato proposto na Argentina, por um brasileiro lá residente, a um francês, residente na Itália, é CORRETO afirmar que:

(A) a lei aplicável será a brasileira, tendo em vista que o processo tramita no Brasil.

(B) a lei aplicável será a argentina, local da proposta e da residência do proponente.

(C) a lei aplicável será a italiana, local onde se operou a aceitação da proposta e da residência do oblato.

(D) a lei aplicável será a francesa, nacionalidade do oblato

42. Diante da realização de um casamento com conexão internacional, no Brasil, entre um italiano, domiciliado no Brasil, e uma italiana, domiciliada na França, que, logo após o matrimônio, estabelecerão domicílio no Brasil, quanto ao regime de bens, é CORRETO afirmar quanto à lei

aplicável:

- (A) será aplicável a lei brasileira, tendo em vista que o casamento se realizará no Brasil.
- (B) será aplicável a lei italiana, tendo em vista a nacionalidade de ambos os nubentes.
- (C) será aplicável a lei brasileira, tendo em vista que aqui estabelecerão o primeiro domicílio conjugal.
- (D) será aplicável a lei italiana, tendo em vista que, sendo o domicílio dos nubentes diversos, aplica-se a lei da nacionalidade de ambos.

43. A respeito da Corte Internacional de Justiça, não é CORRETO afirmar que:

- (A) É tribunal que só julga litígios entre Estados.
- (B) Tem competência para proferir opiniões consultivas.
- (C) Pode julgar indivíduos, desde que sejam levados à Corte por um Estado com a acusação de terem cometido crime contra a humanidade ou crime de guerra.
- (D) Sua jurisdição é reconhecida por ato de vontade dos Estados.

44. Empresa residente em país com o qual o Brasil não celebrou Tratado de Não-bitributação pretende requerer devolução do Imposto de Renda retido a favor do Fisco brasileiro por empresa do Brasil para a qual prestara serviços. A respeito dessa pretensão, pode-se afirmar que:

- A) O pleito poderá ser atendido, desde que a empresa estrangeira comprove a existência de lei de seu país isentando empresas brasileiras da tributação em caso idêntico, com base no princípio da reciprocidade.
- B) O pleito não poderá ser atendido, porque somente através da celebração de Tratado de Não-bitributação é possível a não exigência do imposto por fato gerador ocorrido no País.
- C) O pleito poderá ser atendido, mas somente a partir da celebração de Tratado de Não-bitributação entre o Brasil e o país de origem da empresa estrangeira e desde que não ocorrida a decadência do direito à restituição.
- D) O pleito não poderá ser atendido, porque ainda que existisse Tratado de Não-bitributação entre o Brasil e o país de origem da empresa estrangeira, a exigibilidade de tributos é ato vinculado do Poder Público e, portanto, irrenunciável.

DIREITO E PROCESSO PENAL

45. A coação moral irresistível é uma causa de exclusão:

- (A) da ação.
- (B) da tipicidade.
- (C) da ilicitude.
- (D) da culpabilidade

46. Se alguém subtrai dinheiro de outra pessoa e depois devolve porque se arrependeu, mas ainda não houve início formal do processo penal com a denúncia a ser oferecida pelo Ministério Público, é CORRETO afirmar que:

- (A) não houve crime a ser punido.
- (B) o agente responde apenas pela tentativa.
- (C) o agente responderá normalmente pelo delito, no entanto com direito a uma causa de diminuição em sua pena.
- (D) é caso de arrependimento eficaz.

47. Sobre as causas excludentes da ilicitude, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) haverá estado de necessidade justificante ainda que o bem sacrificado seja mais importante que o bem preservado.
- (B) mesmo quem tem o dever legal de enfrentar o perigo pode agir em estado de necessidade.
- (C) somente lei em sentido formal pode fixar o dever que justifica o estrito cumprimento do dever legal.
- (D) ainda que possível a fuga de quem está sendo injustamente agredido, poderá haver legítima defesa

48. O agente NÃO será punido por tentativa de homicídio doloso quando:

- (A) querendo matar a vítima, utiliza meio relativamente eficaz para a consumação do crime.
- (B) ocorrer o arrependimento posterior.
- (C) embora o agente não soubesse, efetua disparos contra pessoa que morrera minutos antes de enfarto agudo do miocárdio.
- (D) na tentativa imperfeita de homicídio

49. Uma pessoa que se torna inconveniente durante a realização de uma festa particular para a qual havia sido devidamente convidada, e é instada a deixar o local pelos proprietários do salão de festas, mas recusa-se a fazê-lo, comete :

- (A) Crime comissivo por omissão.
- (B) Crime de violação de domicílio, em sua modalidade omissiva, não admitindo, portanto, tentativa.
- (C) Crime de abuso de poder.
- (D) Não comete crime algum, pois foi devidamente autorizado a entrar na festa.

50. Sobre o crime de peculato, é ERRADO afirmar que:

(A) não admite forma tentada.

(B) não existe a forma do peculato-furto culposo.

(C) é crime próprio.

(D) o rito processual previsto para a sua apuração é especial, principalmente devido à possibilidade da apresentação da defesa preliminar.

51. É a principal característica dos crimes definidos na lei de tortura (9455/97):

(A) tem sujeito ativo determinado, ou seja, é crime próprio.

(B) revogou a lei 4898/65 (abuso de autoridade).

(C) é crime hediondo.

(D) a necessidade de acarretar o resultado de sofrimento físico ou mental na vítima.

52. O recurso cabível da decisão do juiz que reconhece uma causa de exclusão da ilicitude em crime doloso contra vida na fase da pronúncia:

(A) agravo regimental.

(B) recurso em sentido estrito.

(C) agravo de instrumento.

(D) apelação.

53. Do acórdão do Tribunal de Justiça que denega ordem de habeas corpus:

(A) recurso em sentido estrito para o Tribunal de Justiça.

(B) hábeas corpus dirigido ao presidente do Tribunal de Justiça.

(C) recurso ordinário constitucional ao Superior Tribunal de Justiça.

(D) mandado de segurança contra ato jurisdicional dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.

54. A respeito da citação no processo penal é correto afirmar EXCETO:

(A) quando o acusado se oculta para não ser citado, este será por edital com prazo de 5 dias.

(B) quando o acusado reside em local diverso do juízo da causa será citado por carta precatória.

(C) quando o acusado estiver preso será citado pessoalmente no estabelecimento prisional.

(D) quando o acusado por crime de menor potencial ofensivo estiver em local incerto e não sabido será citado por edital nos juizados especiais.

55. A respeito das nulidades nos procedimentos no processo penal é CORRETO afirmar que:

(A) no procedimento do júri, é nulo o libelo que se encontra em desacordo com a decisão de pronúncia.

(B) no procedimento da lei 10.409, é nula a decisão do juiz que nomeia defensor dativo para realização da defesa preliminar do acusado sem defensor constituído.

(C) no procedimento do júri é nulo o julgamento pelos jurados quando ausente um dos vinte um jurados no momento da constituição do júri.

(D) no procedimento sumaríssimo, é nulo o processo no qual o interrogatório do acusado é posterior a oitiva de testemunhas de acusação e defesa.

56. A respeito das provas no processo penal é INCORRETO afirmar:

(A) a confissão do acusado pode ser cindível, podendo o juiz levar em consideração apenas parte na decisão.

(B) documentos novos podem ser juntados aos autos em qualquer fase do processo, exceto nos três dias que antecedem ao julgamento pelos jurados no plenário do júri.

(C) a ausência de exame pericial complementar não pode ser substituída pela prova testemunhal no crime de lesão corporal em que a vítima ficou mais de trinta dias afastados das atividades habituais.

(D) o depoimento da vítima como prova única pode fundar condenação na hipótese de crime que se comete às ocultas, como no estupro.

57. A respeito das nulidades no processo penal é CORRETO afirmar:

(A) gera nulidade em qualquer processo penal a falta de relatório.

(B) gera nulidade no processo quando o juiz ao sentenciar dá correta qualificação jurídica do fato denunciado, aumentando a pena, com base no art. 383 do CPP (emendatio libelli).

(C) é nula a sentença do Juiz-Presidente do Tribunal do Júri que julga o crime desclassificado pelos jurados por não se tratar mais de crime doloso contra a vida.

(D) é nula a sentença quando o juiz não expõe as razões para ter desprezado determinada prova existente no conjunto probatório.

58. A respeito dos efeitos dos recursos no processo penal é CORRETO afirmar que:

(A) não possui efeito suspensivo o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário, podendo, contudo, o acusado prestar fiança para aguardar em liberdade o trânsito em julgado.

(B) o recurso de apelação possui efeito iterativo ou diferido.

(C) o recurso de apelação da sentença absolutória possui efeito devolutivo e suspensivo.

(D) o efeito extensivo aplica-se em qualquer circunstância favorável ao co-réu.

DIREITO TRIBUTÁRIO

59. De acordo com o artigo 149 da Constituição Federal, é CORRETO afirmar:

(A) a competência para instituir contribuições deve sempre ser exercida por meio de lei complementar.

(B) a receita decorrente de exportação poderá ser tributada por contribuições sociais.

(C) sobre a importação poderá incidir contribuição de intervenção no domínio econômico.

(D) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não têm competência tributária para instituir contribuições cobradas de seus servidores.

60. Deve obedecer ao prazo de 90 (noventa) dias para começar a gerar efeitos a norma que:

(A) majorar as alíquotas do imposto sobre produtos industrializados.

(B) instituir empréstimo compulsório para atender despesas decorrentes de calamidade pública e de guerra externa ou sua iminência.

(C) majorar a base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores.

(D) majorar a base de cálculo do imposto predial e territorial urbano.

61. Segundo o artigo 149 do Código Tributário Nacional, o lançamento NÃO pode ser revisto de ofício pela autoridade administrativa

(A) quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.

(B) quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.

(C) quando for comprovado erro de direito pela autoridade administrativa que houver aplicado a legislação tributária.

(D) quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

62. Cabe à Lei Complementar em matéria de ICMS, conforme prevê o artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, da Constituição Federal, EXCETO:

(A) disciplinar o regime de compensação do imposto.

(B) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados, do Distrito Federal e da União, serão concedidos benefícios fiscais.

(C) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação de bem, mercadoria ou serviço.

(D) dispor sobre substituição tributária.

63. Com relação às garantias e aos privilégios do crédito tributário, é CORRETO afirmar:

(A) o imóvel gravado por cláusula de inalienabilidade anterior ao lançamento não responde pelo pagamento do crédito tributário.

(B) o imóvel gravado por hipoteca responde pelo pagamento do crédito tributário, qualquer que seja a data de constituição daquela.

(C) o imóvel definido como bem de família responde pelo pagamento de quaisquer dívidas tributárias dos seus moradores.

(D) a cláusula de impenhorabilidade só livra o imóvel da execução por crédito tributário se for anterior à ocorrência do fato gerador.

64. Com relação à responsabilidade tributária, nos termos do CTN, é CORRETO afirmar:

(A) é subsidiariamente responsável o adquirente ou remitente pelos tributos relativos aos bens adquiridos e remidos.

(B) o espólio responde pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da finalização do inventário.

(C) os sócios, via de regra, respondem na proporção de sua participação pelas dívidas tributárias da empresa.

(D) é pessoalmente responsável o adquirente de bens imóveis pelos tributos relativos a impostos cujos fato gerador seja a propriedade imobiliária, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

DIREITO E PROCESSO CIVIL

65. Sobre os prazos no Código de Processo Civil é INCORRETO afirmar.

(A) A Fazenda Pública dispõe de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

(B) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

(C) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

(D) Os litisconsortes com procuradores diferentes dispõem de prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer.

66. Sobre a cautelar de produção antecipada de provas, assinale a opção INCORRETA.

(A) Pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunhas e produção de exame

pericial.

(B) Contra a sentença que julgar improcedente o pedido da cautelar é cabível apelação recebida apenas no efeito devolutivo.

(C) Tomado o depoimento pessoal da parte ou realizado o exame pericial permanecerão os autos em cartório, podendo os interessados solicitar certidões.

(D) O interrogatório da parte que tiver que se ausentar da comarca pode ser feito na pendência da ação principal, depois da audiência de instrução.

67. Com relação à reconvenção, é CORRETO afirmar.

(A) Deve ser oferecida simultaneamente à contestação, em peças autônomas.

(B) Só é cabível nas ações de natureza dúplice.

(C) Forma um incidente processual que tramita em autos apartados.

(D) A desistência da ação principal obsta o prosseguimento da reconvenção.

68. Sobre o recurso adesivo, é CORRETO afirmar.

(A) É admissível na apelação, nos embargos infringentes, no agravo, no recurso extraordinário e no recurso especial.

(B) Não será conhecido se houver desistência do recurso principal, ou se ele for inadmissível ou deserto.

(C) Não depende de preparo.

(D) Deve ser interposto no prazo para o recurso principal e perante a autoridade competente para o seu julgamento.

69. Com relação à remição de bens, é CORRETO afirmar.

(A) Em condições iguais de oferta, o cônjuge tem preferência em relação aos descendentes.

(B) É o perdão da dívida feito pelo credor.

(C) É o mesmo que remição à execução.

(D) Pode ser requerida pelo próprio devedor, antes da arrematação ou da adjudicação dos bens penhorados.

70. Sobre a oposição, assinale a opção INCORRETA.

(A) Oferecida antes da audiência é apensada aos autos principais, sendo julgada simultaneamente com a ação principal pela mesma sentença.

(B) Os opostos são citados na pessoa dos seus respectivos advogados para oferecer contestação no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias.

(C) Segue o rito ordinário quando oferecida depois de iniciada a audiência.

(D) Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, contra o outro prosseguirá o oponente.

71. Com relação ao recurso de agravo de instrumento, é CORRETO afirmar.

(A) Pode ser recebido no efeito devolutivo, a critério do relator.

(B) Não será conhecido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.

(C) Independe do recolhimento de custas e do porte de retorno.

(D) Pode ser convertido em agravo retido, desde que não se trate de caso de urgência ou não haja perigo de lesão grave e de difícil reparação.

72. Sobre o sistema de nulidades no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar.

(A) O erro de forma do processo acarreta a anulação de todos os atos processuais, ainda que não resulte prejuízo à defesa.

(B) O juiz não declarará a nulidade quando puder decidir o mérito em favor da parte a quem aproveitar a declaração.

(C) A nulidade deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

(D) A nulidade de parte do ato não prejudicará as demais, desde que sejam dela independentes.

73. O Código Civil de 2002, além de encampar, com prazo reduzido para 10 e 15 anos, respectivamente, a usucapião ordinária e a extraordinária da propriedade imóvel já presentes no Código Civil de 1916, trouxe duas novas modalidades dessas mesmas espécies de usucapião. Quanto à nova modalidade de usucapião ordinária do CC 2002, é CORRETO afirmar:

(A) exige, excluída a regra de transição específica, posse contínua e incontestada por 05 (cinco) anos.

(B) determina que a área possuída não seja superior a 250m² para imóvel urbano e 50 ha para imóvel rural.

(C) dispensa título registrado do Registro de Imóveis.

(D) somente é aplicável aos imóveis destinados à moradia do usucapiente.

74. Sobre o Bem de Família do Código Civil de 2002, é CORRETO afirmar que

(A) poderá ultrapassar 1/3 (um terço) do patrimônio líquido existente ao tempo de sua instituição.

(B) exclui a incidência das disposições da legislação extravagante concernentes à

impenhorabilidade do imóvel residencial.

(C) responde por dívidas originárias de fiança concedida em contrato de locação, mesmo as posteriores à sua instituição.

(D) a dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família, que poderá ser instituído por testamento.

75. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião em um acidente automobilístico, não podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros,

(A) presumir-se-ão simultaneamente mortos.

(B) presumir-se-á que o de menor idade morreu antes.

(C) presumir-se-á que o mais velho morreu antes do mais novo.

(D) verificar-se-á que este fato é irrelevante para o direito e, sendo questão meramente fática, a respeito dela nada há disposto em lei.

76. Consideram-se bens imóveis para efeitos legais:

(A) os navios, aeronaves e semoventes.

(B) os automóveis.

(C) os direitos autorais.

(D) o direito à sucessão aberta.

77. Em que hipótese, entre as relacionadas abaixo, é nulo o negócio jurídico?

(A) quando resulte de dolo.

(B) quando simulado.

(C) quando praticado por agente relativamente incapaz.

(D) quando o agente for vítima de coação.

78. Quanto à cláusula penal, é INCORRETO dizer que

(A) pode se referir à inexecução de alguma cláusula especial.

(B) deverá sempre ser estipulada conjuntamente com a obrigação, não se admitindo estipulação posterior.

(C) não pode impor cominação de valor superior ao da obrigação principal.

(D) a pena estipulada para o caso de inadimplemento poderá ser proporcionalmente reduzida pelo juiz quando se cumprir em parte a obrigação.

79. Se Antônio doar bens à Benedito, estipulando que tais bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário, configurada está a doação

(A) sob forma de subvenção periódica.

((B) inoficiosa.

(C) com cláusula de reversão.

(D) modal.

80. Quando da aquisição de uma máquina, ao ser recebida, constatou-se existir um defeito oculto que reduzia sensivelmente a produção, diminuindo, em consequência, seu valor. O vendedor conhecia o defeito e, sendo impossível o conserto, ofereceu ao comprador um abatimento no preço, em valor superior à diminuição da capacidade da máquina. Nesse caso, com fundamento no Código de Defesa do Consumidor (Codecon),

(A) pode-se enjeitar a coisa viciada e recuperar o que foi pago, com perdas e danos.

(B) o adquirente é obrigado a aceitar a oferta de abatimento, que cobre, em valor superior, a menor capacidade da máquina.

(C) pode-se enjeitar a coisa viciada e recuperar o que foi pago, mas não há direito a perdas e danos.

(D) se quiser, o comprador pode aceitar o oferecimento de abatimento no preço, mas está impedido de enjeitar a coisa.

1ª ETAPA / PROVA OBJETIVA

Questão	Resposta	Obs:
1	D	-
2	D	-
3	D	-
4	B	-
5	B	-
6	D	-
7	C	-
8	D	-
9	D	-
10	D	-
11	D	-
12	D	-
13	A	ANULADA -
14	A	-
15	A	-
16	X	ANULADA -
17	C	-
18	A	-
19	B	ANULADA -
20	A	-

21	D	-
22	A	-
23	C	-
24	C	-
25	B	-
26	B	-
27	A	-
28	A	-
29	C	-
30	D	-
31	A	-
32	B	-
33	B	-
34	C	-
35	D	ANULADA -
36	D	-
37	C	-
38	D	-
39	C	-
40	B	-
41	B	-
42	C	-
43	C	-
44	A	-
45	D	-
46	C	-
47	D	-
48	C	-
49	B	-
50	A	ANULADA -
51	B	ANULADA -
52	B	-
53	C	-
54	D	-
55	A	-
56	C	-
57	D	-
58	A	-
59	C	-
60	A	-
61	C	-
62	B	-
63	B	-
64	D	-
65	D	-
66	D	-
67	A	-
68	B	-
69	A	-
70	B	-

71	D	-
72	A	-
73	A	-
74	D	-
75	A	-
76	D	-
77	B	-
78	B	-
79	C	-
80	A	-